



MEIO AMBIENTE

# CNBB denuncia o “capitalismo verde”

Documento critica “falsas soluções” em documento que faz apela à Justiça climática. Texto foi enviado ao papa Leão XIV

» WAL LIMA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apresentou, ontem, o documento *Um chamado por justiça climática e a Casa Comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções*. A iniciativa marca a posição oficial da Igreja Católica no Brasil e das conferências episcopais da América Latina, África e Ásia em relação à crise climática global e às discussões que serão levadas à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, marcada para novembro, em Belém.

No mesmo dia, o texto foi entregue à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e será apresentado amanhã à Câmara dos Deputados, durante audiência pública.

Com duras críticas ao modelo econômico vigente, o documento denuncia o avanço das chamadas “falsas soluções”, como o “capitalismo verde”, e alerta que não é possível enfrentar a emergência climática com propostas baseadas na mesma lógica que a provocou.

“Não se supera a crise ambiental com soluções vindas do mesmo sistema que a provocou”, afirmou Dom Vicente de Paula Ferreira, presidente da Comissão Episcopal para Ecologia Integral e Mineração da CNBB. “É preciso romper com a lógica do lucro a qualquer custo, e propor caminhos realmente transformadores, que coloquem a vida, a justiça e a dignidade no centro. Nossa fé nos convoca a isso.

O cuidado com a Casa Comum não é uma questão ideológica, é uma questão de fé.”

O documento também foi entregue ao Papa Francisco, em audiência no Vaticano, pelo presidente da CNBB e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celem), cardeal Dom Jaime Spengler. Em vídeo enviado de Roma, Dom Jaime relatou que o pontífice acolheu o texto com atenção e reafirmou sua preocupação com os impactos da crise ambiental sobre os mais pobres. Francisco também demonstrou interesse em participar da COP30, diante do convite oficial do governo brasileiro.

“A entrega foi muito significativa. O Papa está consciente do papel da Igreja nesse momento e da urgência de um debate climático que leve em conta os excluídos, os povos originários, os pequenos agricultores, as comunidades periféricas. A ecologia integral exige uma mudança de paradigma. Não é uma questão técnica. É uma escolha ética, espiritual e civilizatória”, afirmou Dom Jaime.

## Articulação

Fruto de mais de um ano de escuta e articulação entre conferências episcopais do Sul Global — Celem (América Latina e Caribe), Secam (África) e FABC (Ásia) — o texto expressa o olhar da Igreja que está nos territórios mais vulnerabilizados pelos efeitos das mudanças climáticas. Segundo os bispos, a destruição ambiental tem rosto: são os povos que

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Comunidade sem saneamento no Rio de Janeiro: degradação ambiental afeta os mais pobres, alerta CNBB

vivem às margens dos rios poluídos, nas periferias urbanas, nos campos sem água ou sob ameaça de expulsão por projetos predatórios.

“O fato de a COP30 ocorrer no Brasil nos chama a uma atuação mais intensa”, afirmou Dom João Justino de Medeiros, primeiro vice-presidente da CNBB. “A Igreja, com sua capilaridade, está presente nos lugares onde a degradação ambiental tem consequências diretas sobre a vida das pessoas. Temos o compromisso de articular a

Igreja em todos os níveis — paróquias, dioceses, pastorais — e somar com os povos e organizações que constroem alternativas reais.”

O bispo ressaltou que o documento é fruto de um processo coletivo: “Não foi um texto feito em gabinete. Ele incorpora escutas, reflexões e experiências concretas de comunidades, pastorais sociais, povos originários e organizações ecumênicas. É a voz do Sul Global ecoando com autoridade espiritual e compromisso ético”.

## Fé e incidência política

Durante a coletiva, os bispos reforçaram que a justiça climática está no centro da ação pastoral e deve se manifestar tanto em gestos cotidianos quanto na incidência política. “Quantas ações concretas nascem nas comunidades: proteção do rio, cuidado com a floresta, preservação da rua, da casa, da rua do vizinho. Isso tudo é ecologia integral”, afirmou Dom Vicente. “Mas também temos que enfrentar os grandes projetos

destrutivos, como o chamado ‘Pl da devastação’, que ameaça enfiar ainda mais o licenciamento ambiental no Brasil. A Igreja tem denunciado esses retrocessos.”

Segundo ele, é necessário desconstruir a ideia de que desenvolvimento e sustentabilidade são conceitos opostos. “Temos que romper com esse discurso que coloca progresso contra natureza. É possível uma vida boa com sobriedade, com respeito, com encantamento. A doutrina social da Igreja nos aponta isso. O Evangelho nos desafia a não servir a dois senhores. Ou cuidamos da vida, ou nos curvamos ao lucro que mata”, disse.

O documento também reforça o papel da espiritualidade como força transformadora. “Falamos de conversão ecológica. Isso significa reconhecer que o modo como vivemos está doente. Precisamos de outra forma de nos relacionar com a criação, com os outros e conosco mesmos”, afirmou Dom João Justino.

O texto será utilizado como ferramenta de mobilização da Igreja nos encontros regionais da CNBB até novembro. Além disso, será entregue a parlamentares e autoridades do Executivo, com o objetivo de reforçar a contribuição da Igreja para o debate público e estimular ações efetivas diante da crise ambiental.

“Acreditamos que esse documento pode abrir novos espaços de escuta, diálogo e responsabilidade. Oxalá, possa nascer dele algo importante para o nosso Brasil, para o nosso mundo, para o nosso povo”, concluiu Dom Vicente.

## ACIDENTE NA INDONÉSIA

# Corpo de Juliana passará por nova autópsia hoje

» CAETANO YAMAMOTO\*

O corpo de Juliana Marins, brasileira que morreu em 21 de junho, durante uma trilha no vulcão Rinjani, na Indonésia, passará, na manhã de hoje, por nova autópsia, no Instituto Médico Legal (IML) Afrânio Peixoto, no Rio de Janeiro. O pedido de novo exame no corpo da jovem foi feito pela família Marins, através da Defensoria Pública da União (DPU) à Advocacia Geral da União (AGU).

Trazido em voo da companhia

aérea Emirates Airlines, o corpo da Juliana chegou ontem à tarde no no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. Em seguida, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou o traslado da urna funerária para a Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. O desembarque ocorreu por volta das 19h30.

Segundo o procurador regional da União na 2ª região, Gláucio de Lima e Castro, o governo federal tem acompanhado o caso com atenção e solidariedade desde o início. Ele informou que a AGU

solicitou urgência, junto à DPU e ao governo do Rio de Janeiro, para definir os procedimentos e as responsabilidades institucionais.

A ação foi conduzida pela defensora regional de Direitos Humanos (DRDH) no Rio de Janeiro, Taísa Bittencourt, que acompanha o caso, a pedido da irmã de Juliana, Mariana Marins. A demanda por uma nova autópsia é sustentada pelas dúvidas geradas pela certidão de óbito emitida pela embaixada do Brasil em Jacarta, capital da Indonésia.

A certidão de óbito foi baseada na primeira autópsia, feita no dia 24 de junho, em um hospital da ilha de Bali, dois dias após o corpo de Juliana ser retirado do vulcão Rinjani.

## Responsabilização

O legista responsável declarou sua morte, sem exatidão de horário, no sábado, após a queda. Entretanto, imagens feitas por drones de turistas revelam que Juliana resistiu ao acidente inicial e estaria esperando o resgate.

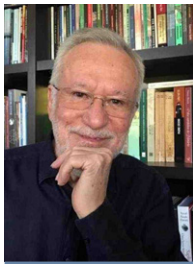
Segundo a defensora pública federal Bittencourt, a realização célere do novo exame é fundamental para preservar elementos que possam esclarecer os fatos. “A família necessita de confirmação da data e horário da morte, a fim de apurar se houve omissão na prestação de socorro pelas autoridades indonésias”, explica em petição. Caso seja confirmada a omissão, o laudo permitirá abrir processo para a responsabilização civil e criminal.

\*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Reprodução/Instagram/@ajulianamarins



Juliana morreu ao cair no Rinjani



ALEXANDRE GARCIA

**SE FÔSSEMOS 213 MILHÕES DE TIRANETES, SE FÔSSEMOS TODOS PEQUENOS TIRANOS, NÃO TERÍAMOS SOBRE QUEM EXERCER NOSSA TIRANIA E SERÍAMOS TODOS IGUAIS EM PODER, ANULANDO-SE MUTUAMENTE NOSSA DOMINAÇÃO, QUE FICARIA LIMITADA A CADA UM DE NÓS. TERÍAMOS UMA DEMOCRACIA DE IGUAIS TIRANETES**

## Cala a boca

A ministra Cármen Lúcia, nesses dias, deve ter sido alvo de xingações e sugestões para que o Senado a inclua na lista de pedidos de impeachment de ministros do Supremo. O motivo foi o voto a favor da censura, em que ela pontuou que “A grande dificuldade está aí: censura é proibida constitucionalmente, eticamente, moralmente, e eu diria até espiritualmente. Mas também não se pode permitir que estejamos numa agora em que haja 213 milhões de pequenos tiranos soberanos...”. Defendo que

a ministra tem pleno direito de expressar sua opinião, porque se eu defendo a liberdade de expressão, não posso defender apenas a minha liberdade, mas também a dos outros, ou eu seria um hipócrita; do contrário, eu estaria afirmando que eu posso falar o que quiser, mas a ministra não pode.

Mas discordo da ministra por uma razão simples: se fôssemos 213 milhões de tiranetes, se fôssemos todos pequenos tiranos, não teríamos sobre quem exercer nossa tirania e seríamos todos iguais em poder, anulando-se mutuamente nossa dominação, que ficaria limitada a cada um de nós. Teríamos uma democra-

cia de iguais tiranetes. A imagem que a ministra expôs é irreal, por impraticável. Tão irrazoável quanto proclamar que “Cala a boca já morreu!” e votar em uma fórmula que ensaja a censura que Cármen Lúcia reconhece ser proibida na Constituição, na ética e até no espírito. Um paradoxo, que ela constatou como “uma grande dificuldade”. No dia 25 a ministra votou de novo de maneira “excepcionalíssima”, como fizera ao censurar previamente um documentário do Brasil Paralelo.

Foi 8 a 3 a votação que anulou a vontade da maioria do Congresso, que há 11 anos aprovou os artigos 19 e 21 do Marco

Civil da Internet. Os três divergentes — André Mendonça (em voto magistral), Nunes Marques e Fachin, convergem em que quem redige leis é o Legislativo, o mais poderoso dos Poderes. Os oito vencedores alegam que é preciso impedir mentiras, discursos antidemocráticos, de ódio, de golpismo. Sim, censurem para que sejamos enganados pelo mentiroso, já que ele não exporá antes suas mentiras e quando nos surpreender, já será tarde, porque estará eleito presidente da República. Ou quando formos massacrados pelo ódio, sem que o discurso de ódio nos prevenisse. Como vamos nos proteger de

um golpista, se não pudermos ter acesso às suas intenções? Como vamos nos distanciar e isolar os pequenos tiranos, se não os identificarmos nas redes? Cidadania não precisa de tutela — tutor é dominador. Deixem que censuremos os mentirosos, não lhes dando leitura nem audiência.

Nessa decisão do Supremo, outro direito pétreo, a honra, vai ter que esperar ordem judicial para retirar a calúnia, a injúria e a difamação; para esses, não inventaram retirada rápida. Mas uma crítica, um gracejo, uma ironia, uma sátira, estão sujeitos a retirada imediata, se considerados antidemocráticos,

ou misóginos, homofóbicos, ou outros modismos. O pior é o rótulo “antidemocrático”: se o parâmetro for o batom de Débora na estátua da Justiça, pode resultar 14 anos de prisão. Estamos perdendo a preciosa utilidade da crítica, do contraponto, que nos ajuda a corrigir nossos erros e a conhecer mais o adversário. Por fim, não custa lembrar, já que a ministra se referiu a “213 milhões de pequenos tiranos soberanos”: como seria bom se fôssemos, realmente, 213 milhões de soberanos. Porque, assim, cairíamos numa democracia, regime em que o povo é soberano.